



VAZIO AQUI

PARALISAÇÃO. O projeto de modernização e ampliação do aeroporto não sai do papel. As obras foram iniciadas, mas continuam paradas. FOTO: CHICO GUEDES



LOTADO ALI

DRAMA. O terminal de passageiros, sempre superlotado, não tem capacidade para atender aos usuários, que sofrem diariamente com a falta de conforto. FOTO: GILDO LOYOLA

VISÃO MOTIVO ALEGADO PELO CONSÓRCIO, DE INADIMPLÊNCIA SUPERIOR A 90 DIAS, "NÃO É JUSTIFICÁVEL", SEGUNDO JOSÉ ROBERTO JUNG DOS SANTOS

Infraero: empresa deve pagar R\$ 1 milhão por parar obra do aeroporto

Gerência de Empreendimentos propõe rescisão do contrato e aplicação de multa

RITA BRIDI

rbridi@redgazeta.com.br

Se a decisão dependesse do gerente de Empreendimentos da Infraero, em Vitória, José Roberto Jung dos Santos, o consórcio responsável pela obra do Aeroporto Eurico Salles, teria o contrato rescindido e seria multado em R\$ 1 milhão, no mínimo – o que corresponde a 0,29% do valor total do projeto, orçado em R\$ 337,5 milhões. “No meu entender, as razões expostas pelo consórcio não procedem”, justificou.

Na condição de responsável pela área de engenharia, entretanto, Jung não tem autonomia para rescindir, automaticamente, o contrato, nem para aplicar a multa ao consórcio, que suspendeu as obras no dia 24 de abril. Ele acusa, entretanto, que há cláusulas no contrato que justificam a aplicação da multa e até a rescisão contratual.

Segundo Jung, o motivo alegado pelo consórcio, de inadimplência superior a 90 dias, “não é justificável”. O gerente destacou que, por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), houve retenção de parte do valor a ser pago, um percentual entre 13% e 20%. Essa medida, avalia, não caracteriza inadimplência.

Quando decidiu suspender

as obras, em abril último, o consórcio, em documento enviado à Infraero, alegou insegurança jurídica por conta dos questionamentos de vários itens contratuais feitos pelo TCU. O valor retido, por decisão do tribunal, foi de aproximadamente R\$ 5 milhões.

“Por mim ou o consórcio retoma as obras, ou tem o contrato rescindido. Não tenho poder para impor essa situação, porque sei que a engenharia faz engenharia e não trata da área jurídica. Essa decisão teria que partir da área jurídica da Infraero”, ressaltou Jung.

Hoje o valor da multa seria em torno de R\$ 1 milhão, mas se a decisão demorar a ser tomada o valor poderia ficar astronômico. O valor da multa, segundo Jung é calculado em função do tempo que a obra está parada, em função do prejuízo que a paralisação representa para a Infraero, para a sociedade, explicou.

O consórcio vencedor da licitação é formado pelas empreiteiras Camargo Corrêa, Mendes Júnior e Estacon. O contrato foi assinado em dezembro de 2004, e o prazo definido para a entrega da obra foi de 1.097 dias, três anos e meio. Em fevereiro de 2005, o presidente Lula, em visita ao Estado, chegou a determinar que a obra fosse concluída em dois anos para ser inaugurada em seu primeiro mandato.

Vereadores discutem saídas para a crise

A paralisação das obras do Aeroporto Eurico Salles será tema de debate na Câmara Municipal de Vitória, no próximo dia 23. O vice-presidente, vereador Dermival Galvão, está convidando autoridades públicas e da sociedade civil para participarem da audiência pública, com início previsto para as 19h. As obras estão suspensas desde o dia 24 de abril deste ano e a demora na retomada do projeto trouxe preocupação ao vereador que decidiu promover o debate público. Outras informações a respeito da audiência pública podem ser obtidas por meio dos telefones 3334-4519, 3334-4520 e 3334-4521.

Governador pede solução em Brasília

“Somos um ente federativo que contribui efetivamente para o crescimento do país e não admitimos tamanha falta de respeito para com o Espírito Santo”, reagiu ontem o vice-governador Ricardo Ferraço, ao falar a respeito da paralisação das obras do Aeroporto Eurico Salles. Revoltado e inconformado com a demora na retomada das obras, classificou a situação como “absurda e vergonhosa”.

O aeroporto da Capital, lembrou, está superado e vencido, faz muito tempo, o que segundo ele gera “angústia, sofrimento e perdas para os capixabas e os demais usuários do terminal”. Vários aeroportos do país estão recebendo investimentos, enquanto que as obras em Vi-

tória, não vão à frente.

“O governo federal precisa ter mais respeito com o Espírito Santo e com os capixabas”, reclamou o vice-governador. O Espírito Santo, frisou, em pouco tempo estará fornecendo ao país o gás que hoje é importado da Bolívia, mas “não é tratado com o respeito que merece”.

Na próxima semana o governador Paulo Hartung deverá ir a Brasília para tratar do assunto com o governo federal. “Queremos uma solução rápida. Chega de conversa fiada, de lenga-lenga, de jogo de empurra do governo federal, do TCU e de empreiteiras. O Estado faz seu dever de casa e quer ser tratado com respeito”, avisou o vice-governador.



Isso é uma vergonha, um absurdo, um descaso com os capixabas pela contribuição que nosso Estado dá ao desenvolvimento do país. Nosso aeroporto há muito está vencido, superado, sem condições para atender aos cidadãos que moram aqui e aos que nos visitam”

RICARDO FERRAÇO

Vice-governador do Estado

Gerente se defende e diz que cumpre a lei

A determinação do consórcio responsável pela implantação do projeto de ampliação e modernização do Aeroporto da Capital é de retomar as obras somente após a decisão final do Tribunal de Contas da União (TCU), que vai por fim à questão de insegurança jurídica. Só que, ninguém sabe quando tal decisão será conhecida, o que significa dizer que ainda não há previsão de retomada das obras.

O gerente do consórcio, Paulo Eduardo Cardinale Opdebeeck, confirmou na tarde de ontem que os equipamentos foram retirados do canteiro de obras e o trabalho está paralisado desde o mês de abril. Negou, entretanto, que haja, por parte do consórcio, desinteresse

em retomar as obras e também que as empreiteiras tenham abandonado o local.

A obra, segundo Cardinale, está suspensa, mas “o contrato não está suspenso”. A decisão de paralisar a obra, explicou, foi tomada com base na legislação em vigor, que dá o direito de parar a obra a partir do terceiro mês de inadimplência. As empreiteiras, lembrou, trabalharam mesmo com atraso de 180 dias no pagamento.

Mesmo com a obra parada, o consórcio mantém pessoas fazendo a vigilância no canteiro de obras e os gerentes administrativo e de engenharia vão ao local todos os dias. Ele mesmo, garantiu, toda a semana está em Vitória e vai ao canteiro de obras.